

CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2016

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Energética Corumbá III S.A. - ECIII, com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS:

O setor elétrico permaneceu impactado no ano de 2016 pela falta de recursos hídricos para a geração de energia elétrica, como vem ocorrendo desde o final de 2013, o que forçou a geração em grande escala de energia proveniente de usinas térmicas, de custo mais elevado.

Apesar do cenário desfavorável do mercado de energia elétrica destaca-se que a Receita Operacional Líquida atingiu o montante de R\$ 39,8 milhões no final do período em análise, contra R\$ 36,5 milhões do mesmo período de 2015, significando um crescimento de 9%.

Em 2016, ocorreu uma redução do custo da energia contratada, 5,9 milhões contra 10,6 milhões em comparação com o período anterior. Os custos de energia continuaram altos, devido à crise energética, com a consequente redução da energia assegurada do sistema, a geração em larga escala de energia termelétrica e os custos associados ao PLD. Colaborou para a redução do custo de energia a repactuação do risco hidrológico.

O resultado no final no período em análise apresentou um Lucro Líquido de R\$ 12,7 milhões no final de 2016 contra R\$ 5,5 milhões no mesmo período de 2015, com aumento de 129,1%, principalmente em função da redução do custo da energia contratada, pelas razões já expostas acima.

Em 2016 ocorreu a finalização do acordo global entre o CECIII, ECIII, GCIII, STRATA, EIT e ENERG POWER, contemplando a transferência das ações da STRATA e ENERG para a GCIII e a desistência de todas as ações e arbitragens em curso, e a quitação mútua de todas as pendências contratuais e financeiras entre as partes, por meio de uma escritura pública de quitação.

A conclusão desse acordo global possibilitou, também, a transferência do saldo remanescente de adiantamentos a fornecedores para o ativo imobilizado em serviço.

2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Energética Corumbá III - ECIII foi constituída em junho de 2001 com o objetivo de construir e operar a usina hidrelétrica Corumbá III. Em agosto de 2006, a companhia se associou ao grupo Neoenergia com a constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III. Atualmente a ECIII é detentora de 40% da concessão do AHE Corumbá III, objeto do Contrato de Concessão No 126/2001 – ANEEL, nos termos da Resolução Autorizativa Nº 980 de 10 de julho de 2007.

AUHE Corumbá III, localizada no rio de mesmo nome, no Município de Luziânia, teve suas obras efetivamente iniciadas em agosto de 2006, a partir da constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com finalidade administrar a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III.

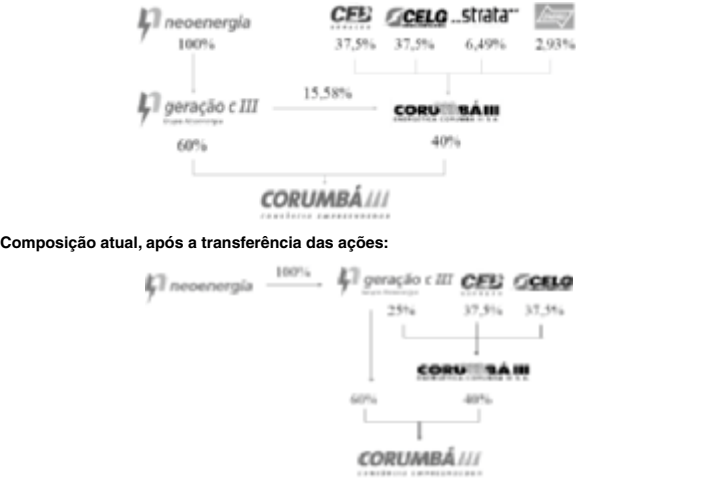
A primeira unidade geradora da UHE Corumbá III, com potência autorizada de 47,76 MW, entrou em operação comercial no 24/10/2009 e a segunda em 30/01/2010. A UHE Corumbá III encontra-se totalmente motorizada, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional e operando conforme programação estabelecida pelo Operador Nacional do Sistema.

Em 04/09/2012 a ANEEL emitiu o Despacho Nº 2.759, alterando o registro da Potência Instalada para 96.447 kW e da Potência Líquida para 89.484 kW da UHE Corumbá III, outorgada nos termos do Decreto s/nº de 15 de outubro de 2001 e do Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 126/2001.

3. COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA COMPANHIA

Em 2016 ocorreu alteração societária na companhia, com a aquisição das ações dos acionistas STRATA e ENERG POWER pela GCIII.

Composição anterior, antes da transferência das ações:



Composição atual, após a transferência das ações:



4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de Administração

De acordo com o Acordo de Acionistas o Conselho de Administração é composto por seis conselheiros, com mandato de 03 anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez a cada trimestre civil e tem como atribuição a orientação geral dos negócios da companhia e a eleição e destituição dos diretores.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal será instalado conforme definido no Estatuto Social da companhia, mas tem caráter não permanente, podendo ser requerido por quaisquer de seus acionistas anualmente. Atualmente a companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Diretoria

A Diretoria da companhia é composta por três diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos, sendo que o diretor técnico acumula o cargo de diretor técnico no Consórcio Empreendedor Corumbá III. Atualmente o Diretor Geral acumula o cargo de Diretor Técnico.

5. AMBIENTE REGULATÓRIO

Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, dentre outras questões tratou sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. De acordo com o disposto no Art. 1º da norma, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia –MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia hidrelétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

Observados os critérios e condições definidas na norma, a Energética Corumbá III SA, por meio da carta ECIII 035/2015 de 22 de dezembro de 2015, encaminhou à SRM – Superintendência de Regulação de Estudos do Mercado, manifestando o interesse na Repactuação do Risco Hidrológico. A ANEEL por meio do Despacho 034/16 de 11/01/2016 anuiu a Repactuação do Risco Hidrológico pleiteado pela ECIII.

Por meio da correspondência ECIII 003/2016 à SRM foi encaminhado o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico de nº 35/016 em 14/01/2016, bem como a manifestação de desistência da Ação Ordinária nº 55571-48-2015.4.01.3400 que questionava os efeitos financeiros decorrentes de a GSF ser menor que a unidade, condição essencial para o efeito da Repactuação do Risco Hidrológico.

Conforme determinada pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral dos Acionistas, a ECIII optou pela repactuação, assumindo o risco hidrológico de 10%, ou seja, a companhia estará protegida contra os efeitos de GSF menor que 90%. Nesta opção, o prêmio é de 1,25 R\$/MWh. O recolhimento do prêmio contratado, somente ocorrerá a partir de 07/11/2036, durante o período de extensão do contrato, o qual terá sua data final de encerramento alterada para 14/02/2037.

O montante de potência repactuado foi de 19,6 MW médios. O resultado a ser ressarcido referente aos efeitos da repactuação no ano de 2015, calculado pelo custo de 15,13 R\$/MWh referidos a janeiro de 2015, conforme Resolução 684/2015, totalizou R\$ 2.597 milhões.

Por intermédio da APINE, a ECIII obteve liminar impedindo que a CCEE inclua a companhia no rateio dos valores não pagos por outros agentes, em especial do Mercado Livre, decorrentes de limitares obtidas pelos mesmos para não arcar com os custos decorrentes do GSF menor que a unidade.

6. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A energia garantida da UHE Corumbá III correspondente a 50,9 MW Médios foi totalmente comercializada junto à CEB Distribuição, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2002, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007.

Em 2016 a geração da UHE Corumbá III totalizou 197.270MWh, equivalentes a 22,46 MW Médios, correspondente a 44% de sua energia assegurada. Desse montante, 40% correspondem à parcela da ECIII no empreendimento.

6.1 - Dados Econômico-Financeiros (R\$ mil)	2016	2015	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	41.739	38.282	9,0%
Receita Operacional Líquida	39.826	36.523	9,0%
EBITDA	25.541	17.411	46,7%
Resultado do Serviço EBIT	19.921	12.646	57,5%
Resultado Financeiro	(5.716)	(5.771)	-1,0%
Lucro Líquido	12.731	5.557	129,1%

6.2 - Indicadores Patrimoniais (R\$ mil)	2016	2015	Variação (%)
Ativo Total	231.768	230.966	0,3%
Dívida Bruta	49.107	55.478	-11,5%
Dívida Líquida (1)	24.453	47.672	-48,7%
Patrimônio Líquido	167.323	155.649	7,5%

6.5 RESULTADO DO ANO

Demonstrações de Resultado (R\$ mil)	2016	2015	Variação (%)
Receita Bruta	41.739	38.282	9,0%
Dedução da Receita Bruta	(1.913)	(1.759)	8,8%
Receita Líquida	39.826	36.523	9,0%
Custos de Bens e Serviços Vendidos	(19.904)	(23.878)	-16,6%
Resultado Bruto	19.904	12.646	57,5%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	-	(3.230)	-100,0%
Resultado do Serviço	19.921	9.416	111,6%
(-) Amortização e Depreciação	5.620	4.883	15,1%
EBITDA	25.541	14.299	78,6%
Resultado Financeiro	(5.716)	(5.771)	-1,0%
Lucro antes dos impostos	14.206	3.645	289,7%
IRPJ e CSLL	(1.474)	(1.318)	11,9%
Lucro Líquido	12.731	5.557	129,1%

6.5.1 Receita Bruta

A Receita Operacional Bruta atingiu o montante de R\$ 41,7 milhões no final do período em análise, contra R\$ 38,3 milhões do mesmo período de 2015, significando um crescimento de 9%, decorrente do reajuste do contrato de fornecimento com a CEB-D.

6.5.2 Custos e Despesas

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	2016	2015	Variação (%)
Energia Comprada para Revenda	(5.861)	(10.582)	-44,6%
Encargos de Uso do Sistema de Distribuição	(836)	(723)	15,6%
Compensação Financeira de Recursos Hídricos - CFFH	(497)	(502)	-0,9%
Pessoal e Administradores	-	(1.577)	-
Serviços de Terceiros	(3.692)	(5.447)	-32,2%
Depreciação e Amortização	(5.620)	(4.883)	15,1%
Perdas na Desativação de Bens	-	(541)	-
Outros Custos e Despesas	(1.436)	(1.275)	12,6%
Outros Custos e Despesas	(17.943)	(25.530)	-29,7%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais, sem centavos)			
	NOTAS	2016	2015
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	5	20.214.777	3.798.954
Concessionárias e permissionárias	6	4.882.298	5.862.265
Valores a reembolsar	7	36.335	-
Almozarifado operacional	8	506.659	776.527
Adiantamentos		12.260	13.460
TOTAL DO CIRCULANTE		25.652.329	10.451.206
NÃO CIRCULANTE			
Energia elétrica (liminar)	9	-	2.947.417
Energia elétrica (GSF)	11	2.474.557	2.597.749
Aportes de Investimento		693.359	230.174
Fundos vinculados	12	4.439.725	4.006.923
Imobilizado	13	194.424.927	206.430.466
Intangíveis	14	4.083.304	4.302.197
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		206.115.872	220.514.926
TOTAL DO ATIVO		231.768.201	230.966.132
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
	NOTAS	2016	2015
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	958.603	461.190
Folha de pagamento	16	69.483	61.589
Empréstimos e financiamentos	17	7.492.468	7.317.957
Taxas e encargos regulamentares	18	1.009.438	665.431
Tributos e contribuições sociais	19	594.139	528.106
Dívidas com pessoas ligadas	20	945.337	595.675
Dividendos a pagar	21	3.182.863	1.389.275
Provisões para demandas judiciais	22	325.070	-
TOTAL DO CIRCULANTE		14.577.401	11.019.223
NÃO CIRCULANTE			
Dívidas com pessoas ligadas	20	563.924	9.069.432
Empréstimos e financiamentos	17	41.615.005	48.160.403
Uso do bem público	23	7.296.238	6.675.226
Pesquisa e desenvolvimento		392.924	392.924
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		49.868.091	64.297.985
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		121.586.088	121.586.088
Capital a realizar		-	(2.125.197)
Reservas de lucros		37.461.179	36.188.033
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		8.275.442	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.322.709	155.648.924
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		231.768.201	230.966.132

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais, sem centavos)			
	2016	2015	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e outros	42.718.886	36.766.542	
Energia elétrica de curto prazo - liminar	174.046	-	
Pagamentos a fornecedores	(3.795.924)	(18.204.157)	
Pagamentos a empregados	(923.404)	(849.139)	
Pagamentos de serviços de terceiros	(4.223)	(17.902)	
Pagamentos aos conselheiros	(189.305)	(174.189)	
Pagamentos de outras despesas	(452.281)	(541.854)	
Aporte operacional ao consórcio	(5.841.032)	(5.041.601)	
Pagamento de serviço da dívida - encargos	(3.974.801)	(4.363.865)	
Rendimentos de aplicações financeiras	875.567	382.931	
Pagamento de despesas financeiras	(629.192)	(692.984)	
Pagamentos de impostos e contribuições	(2.461.369)	(2.479.420)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.410.753)	(1.285.637)	
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.086.215	3.498.725	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.221.481)	(466.078)	
Resgate de aplicação financeira no realizável a longo prazo	-	1.750.000	
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS (DESTINADAS ÀS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.221.481)	1.283.922	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos	(1.389.275)	(1.100.459)	
Pagamento de serviço da dívida - principal	(7.184.833)	(7.113.503)	
Integralização de capital	2.125.197	-	
RECURSOS LÍQUIDOS DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.448.911)	(8.213.962)	
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	16.415.823	(3.431.315)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.798.954	7.230.269	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	20.214.777	3.798.954	
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES	16.415.823	(3.431.315)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais, sem centavos)			
	2016	2015	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	41.738.919	38.282.425	
Receitas de vendas de energia e serviços	41.738.919	38.282.425	
(-) GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Custos da energia comprada	(5.861.407)	(10.582.103)	
Encargos ao consumidor P&D	(389.745)	(361.634)	
Encargos do uso da rede elétrica	(836.115)	(723.098)	
Serviços de terceiros	(3.692.113)	(4.670.757)	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(497.203)	(501.865)	
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(99.535)	(89.327)	
Outros custos e despesas operacionais	(1.213.955)	(350.622)	
Perdas na desativação de bens	-	(541.104)	
TOTAL DO VALOR ADICIONADO	(12.590.573)	(17.820.510)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	29.148.846	20.461.915	
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	(5.620.004)	(4.765.160)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	23.528.842	15.696.755	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	1.523.176	943.801	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	25.052.018	16.640.556	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	25.052.018	16.640.556	
Pessoal	1.961.729	1.577.307	
Salário e outras remunerações	912.825	682.431	
Encargos sociais	202.535	202.980	
Outros	846.369	691.896	
Governo	2.997.567	2.719.419	
Impostos federais	2.997.567	2.715.055	
Outros impostos e taxas	-	4.364	
Remuneração de capitais de terceiros	7.361.271	6.786.731	
Encargos de dívidas	4.858.841	4.364.307	
Outras despesas financeiras	2.380.157	2.350.395	
Aluguéis	122.273	72.029	
Remuneração de capitais próprios	12.731.451	5.557.099	
Lucros retidos	9.548.588	4.167.824	
Dividendos obrigatórios	3.182.863	1.389.275	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em Reais, sem centavos)							
Especificações	Reservas de Lucros				Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Capital de Giro	Reserva de Expansão			
Saldo em 01 de janeiro de 2015	119.373.441	2.242.902	2.242.902	27.534.405	-	-	151.393.650
Integralização de capital	87.450						87.450
Lucro do exercício					5.557.099		5.557.099
Constituição de reserva legal		277.855			(277.855)		-
Constituição de reserva manutenção capital de giro			277.855		(277.855)		-
Constituição de reserva para expansão				3.612.114	(3.612.114)		-
Dividendos obrigatórios					(1.389.275)		(1.389.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	119.460.891	2.520.757	2.520.757	31.146.519	-	-	155.648.924
Integralização de capital	2.125.197						2.125.197
Lucro do exercício					12.731.451		12.731.451
Constituição de reserva legal		636.573			(636.573)		-
Constituição de reserva manutenção capital de giro			636.573		(636.573)		-
Dividendos mínimos obrigatórios					(3.182.863)		(3.182.863)
Proposta para distribuição de dividendos adicionais					(8.275.442)	8.275.442	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	121.586.088	3.157.330	3.157.330	31.146.519	-	8.275.442	167.322.709
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)							

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme determinada pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral dos Acionistas, a ECIII optou pela repactuação, assumindo o risco hidrológico de 10%, ou seja, a companhia estará protegida contra os efeitos de GSF menor que 90%. Nesta opção, o prêmio é de 1,25 R\$/MWh. O recolhimento do prêmio contratado somente ocorrerá a partir de 07 de novembro de 2036, durante o período de extensão do contrato, o qual terá sua data final de encerramento alterada para 14 de fevereiro de 2037.

O montante de potência repactuado foi de 19.59991 MW médios. O resultado a ser ressarcido referente aos efeitos da repactuação no ano de 2015, calculado pelo custo de 15,13 R\$/MWh, referidos a janeiro de 2015, conforme Resolução 684/2015, totaliza R\$ 2,597 milhões. Durante o ano de 2016 ocorreu o início da amortização desse valor correspondendo aos 12 meses de 2016.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo menos perdas por impairment e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nestas demonstrações financeiras a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. ii. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber".

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos (então, os valores de custo) são inferiores; neste último caso, desde que a Companhia tenha sofrido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas)", líquidos "no período em que ocorrem".

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros – Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- V. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica produzida e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCCE. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a estimativa para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6 Estimativa para créditos de liquidação duvidosa – Impairment
Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados na rubrica ("outros ativos") no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos da estimativa para perdas, quando aplicável.

2.8 Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo da concessão.

2.9 Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em consonância com a Resolução ANEEL nº 444/2001. Quando da conclusão dos projetos, estes são submetidos à aprovação da superintendência da ANEEL, para emissão de parecer e mensais, referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis e são amortizados ao longo do período de concessão.

2.10 Ativos intangíveis

2.10.1 Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

2.10.2 Utilização de bem público – UBP

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, a Companhia pagou, ao longo de cinco anos, contados a partir das assinaturas dos contratos, valores anuais em parcelas mensais, referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis e são amortizados ao longo do período de concessão.

2.11 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico ou atribuído menos depreciação acumulada. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadoros. Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido a Companhia entender que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão. Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios futuros para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

2.12 Contratos de Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia e a ANEEL assinaram o contrato de Concessão de Concessão nº 126/2001, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, e, ativado em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração CIII S.A. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado a critério do Poder Concedente. Conforme determinada pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral dos Acionistas, a ECIII optou pela repactuação, assumindo o risco hidrológico de 10%, ou seja, a companhia estará protegida contra os efeitos de GSF menor que 90%. Nesta opção, o prêmio é de 1,25 R\$/MWh. O recolhimento do prêmio contratado somente ocorrerá a partir de 07 de novembro de 2036, durante o período de extensão do contrato, o qual terá sua data final de encerramento alterada para 14 de fevereiro de 2037.

Contrato de Concessão	Usina	Tipo	Rio	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW Médio)	Início da Concessão	Vencimento da Concessão
126/2001	UHE CORUMBÁ III	Hidrelétrica	Corumbá - GO	96,447	50,9	07/11/2001	14/02/2037

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou referida revisão, a qual não indicou perda por *impairment* a ser reconhecida. Nova revisão será realizada no final de 2017.

2.14 Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, civis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

2.17 Reconhecimento da receita

2.17.1 Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

2.17.2 Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

2.19 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira às companhias abertas. Para fins de IFRS, tais demonstrações representam informação financeira suplementar.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

3.1.1 Imposto de Renda, contribuição social e impostos diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. No exercício de 2016, não houve créditos por base de diferenças temporárias.

3.1.2 Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com a NBC TG 27 (Ativo Imobilizado), e o Consórcio Empreendedor Corumbá III SAA em 1º de janeiro de 2009 e contratou consultoria especializada para elaboração da avaliação do ativo imobilizado. A Companhia registra sua depreciação de acordo com a vida útil determinada pelos avaliadores que leva em consideração: (i) os valores residuais dos ativos (de indenização ao final da concessão ou da autorização admitidos pelos reguladores); e (ii) respeito a vida útil econômica estimada pelos reguladores que vem sendo aceita pelo mercado como adequada, a menos que exista evidência robusta de que outra vida útil é mais adequada. A Companhia não acredita que existam indícios de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperação de ativos de vida longa.

3.2 Novas normas, pronunciamentos, alterações e interpretações

Normas e alterações das normas publicadas pelo *International Financial Standards Boards* (IASB), mas ainda não editadas pelo CPC:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações	Contratos de serviços geralmente atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C)	01/01/2013
IAS 12 – Impostos Diferidos : Recuperação de Ativos "Underlying"		01/01/2013
IFRS 7 – Notas Explicativas: compensação de Ativos e Passivos Financeiros		01/01/2013
A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações contábeis, por não ter base ou informações sobre seu conteúdo.		
A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:		
Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiro	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	01/01/2018
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita.	01/01/2018
IFRS 16 – Arrendamento	Estabelece critérios de informações a serem prestadas pelo locador e locatário acerca de operações de arrendamento mercantil	01/01/2019

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados, a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas, não terá nenhum efeito sobre os saldos reportados anteriormente.

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A gestão de risco identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa. O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e Índice Geral de Mercado - IGP-M sobre os empréstimos é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelo aumento dos preços nos contratos que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como contas a receber em aberto. O preço da energia elétrica vendida, determinados nos contratos bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia serão liquidadas no âmbito da CCCE.

Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2 Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional - SIN é atendido por cerca de 70% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

4.3 Outros riscos

As atividades da Companhia, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. As atividades do Consórcio Corumbá III estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade do Consórcio a operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1.934	1.545
Bancos Conta Movimento	59.621	79.254
Aplicações Financeiras	20.153.222	3.718.155
	20.214.777	3.798.954

As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu aumento de 431,57% em Caixa e Equivalentes de Caixa em comparação com 31 de dezembro de 2015, tendo como subgrupos mais relevantes as aplicações financeiras em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2015, decorrentes, principalmente da aplicação no Fundo de Investimento em Curto Prazo Automático do Banco do Brasil e ao crescimento na rubrica de Bancos Conta Movimento, em razão de recebimento das disponibilidades financeiras por ocasião da venda de energia.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
CEB Distribuição	4.882.298	5.862.265

As faturas emitidas pela Companhia são referentes ao contrato nº. CCVNE nº 073.2002 e seus aditivos, firmado com a CEB, que prevê vencimento em três parcelas, para os dias 10, 20 e 30 do mês seguinte ao do suprimento. A redução na rubrica Concessionárias e Permissionárias se deveu ao fato de as duas parcelas do pagamento do Contrato de Fornecimento de Energia, vencidas em dezembro/2015, somente terem sido quitadas em janeiro/2016.

7. VALORES A REEMBOLSAR

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Aportes Operacionais	36.335	-
Refere-se à composição dos aportes operacionais, deduzidos das prestações de contas realizadas pelo Consórcio Empreendedor Corumbá III, relativos às despesas operacionais do exercício.		
8. ALMOXARIFADO OPERACIONAL		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Almoxarifado de Operação e Manutenção	505.006	508.779
Adiantamento a Fornecedores	1.853	267.748
	506.659	776.527

	31/12/2016	31/12/2015
Energia Elétrica (Liminar)	-	2.947.417

No decorrer de 2015 diversas empresas de geração obtiveram liminares para isenção do pagamento do custo decorrente de a GSF ser menor que a unidade. A CCEE rateou os valores cobertos pelas liminares para os demais agentes que estavam desprotegidos. Inicialmente, em agosto de 2015, a ECIII pagou R\$ 1,275 milhão por conta desse rateio. Imediatamente a ECIII, em 21 de setembro de 2015, entrou com pedido de liminar, a qual foi atendida em relação ao não rateio dos custos decorrentes da GSF oriundos da isenção de pagamento obtida judicialmente por outras empresas. Mesmo assim, a CCEE se apropriou em outubro/2015 do saldo da conta da ECIII junto ao Bradesco, utilizada exclusivamente para as liquidações, de R\$ 1,672 milhão de um montante cobrado de R\$ 95 milhões.

Em relação a 2016, ocorreram contabilizações ajustando o valor do rateio de liminares sendo compensados os valores registrados de outubro a dezembro de 2015.

10. PARTES RELACIONADAS

10.1 Transações e Saldos

Composição:

Grupo	Descrição	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO	Créditos com Pessoas Ligadas		
	Suprimento - CEB Distribuição	4.882.298	5.862.265
	Adiantamento a Fornecedores – CECIII	277.776	-
	Aporte de Investimentos (a)	415.583	230.174
		5.575.656	6.092.439

PASSIVO Encargos de Uso de Rede – CEB D

	99.012	64.537
--	---------------	---------------

Dívidas com Pessoas Ligadas			
	Cons.Empr.Corumbá III - Aporte Operacional	359.272	498.920
	Cons.Empr.Corumbá III - Aporte Investimento	498.371	-
	Comissão Comprometimento – Neoenergia	87.694	96.755
	Coligadas e Controladas ou Controladoras (b)	397.174	8.920.802
	Fornecedores - Materiais e Serviços	105.870	148.630
	Retenções Contratuais – Serviços	60.881	-
		1.509.261	9.665.107

PASSIVO Dividendos a pagar

	Energy Power Ltda.	-	22.250
	Strata Construções e Concessões Integradas S.A.	-	80.920
	Companhia Energética de Brasília – CEB	1.212.519	538.207
	CELG – Geração e Transmissão – CELG GT	1.212.519	538.207
	Geração CIII S.A.	757.824	209.690
		<u>3.182.863</u>	<u>1.389.275</u>
Grupo	Descrição	31/12/2016	31/12/2015

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
CNPJ 04.631.430/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

No 4º Trimestre de 2016 e, relação ao mesmo período de 2015 ocorreu a transferência para atividade das despesas da Administração Central alocadas como Outras Despesas Operacionais ocasionando o crescimento de 17,94% em razão das rubricas Aluguéis com 69,76% em razão do CEC III ter realizado reformas em imóveis de terceiros, a rubrica Materiais com 74,07% em função dessas reformas e Tributos com variação de 216,45% em função de retenções não provisionadas no ano anterior e passaram a ser realizadas nos exercícios de 2016 pelo CEC III.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiros Líquido (R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
Renda de Aplicações Financeiras	1.523.176	943.801	61,39%
Encargos do Financiamento BNDES	(4.858.840)	(4.364.307)	0,60%
Outras Despesas Financeiras	(2.380.157)	(2.350.395)	9,90%
	<u>(5.715.822)</u>	<u>(5.770.901)</u>	<u>71,89%</u>

28. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2016, o Consórcio Empreendedor Corumbá III possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Seguro de riscos operacionais:

Seguradora: ACE Seguros Soluções Corporativas S.A.

R\$ 480.309.413,00

Vigência: 08/10/2016 a 08/10/2017

Seguro caracterizado como “All “Risks” que inclui as coberturas para o rompimento da barragem, quebra de máquinas, terremoto, alagamento, desmoronamento, roubo de conteúdo e danos da natureza”.

Seguro de responsabilidade civil:

Seguradora: ACE Seguros Soluções Corporativas S.A.

R\$ 50.000.000,00

Vigência: 08/10/2016 a 08/10/2017

Garante o reembolso das quantias pagas pelo segurado decorrentes de danos a terceiros (Materiais e/ou Corporais) de natureza involuntária e acidental. Inclui os danos decorrentes de poluição súbita, danos morais, e os danos das barragens (somente para as hidrelétricas).

29. RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

Conforme determina a NBC TG 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03), segue, abaixo, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional apresentado na demonstração do fluxo de caixa pelo método direto:

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes dos impostos	14.205.547	6.874.846
Ajustes de receitas e despesas que não afetaram o caixa:		
Despesas de depreciação e amortização	5.620.004	4.765.160
Atualização do ativo financeiro da concessão	1.525.762	1.277.980
Despesas de juros	813.945	213.580
Registro/Amortização GSF	123.192	(2.597.749)
Perdas na desativação de bens	-	541.104
Provisões para demandas judiciais	9.388	-
LUCRO AJUSTADO	22.297.838	11.074.921

Variações patrimoniais:

Redução/(Aumento) dos ativos		
(Aumento) Redução em concessionárias e permissionárias	979.967	(1.515.558)
(Aumento) Redução do almoxarifado operacional	269.868	(600.714)
(Aumento) Redução de aportes de investimentos	(463.185)	438.074
(Aumento) Redução de fundos vinculados	(432.802)	1.276.893
(Aumento) Redução de outros ativos	2.871.601	(3.861.424)

Aumento/(Redução) dos passivos		
Aumento (Redução) de fornecedores	113.297	(1.355.012)
Aumento (Redução) de encargos setoriais	344.007	126.765
Aumento (Redução) de dívidas com pessoas ligadas	410.542	27.049
Aumento (Redução) do uso do bem público	(904.750)	(830.303)
Aumento (Redução) de outros passivos	10.585	3.671
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.410.753)	(1.285.637)

CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.086.215	3.498.725
--	-------------------	------------------

30. LAJIR

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Líquido	12.731.451	5.557.099
(+) Tributos sobre o Lucro	1.474.096	1.317.747
(+) Despesas Financeiras Líquidas	7.238.998	6.714.702
(-) Receitas Financeiras Líquidas	(1.523.176)	(943.801)
(=) LAJIR	19.921.369	12.645.747

31. LAJIDA

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Líquido	12.731.451	5.557.099
(+) Tributos sobre o Lucro	1.474.096	1.317.747
(+) Despesas Financeiras Líquidas	7.238.998	6.714.702
(-) Receitas Financeiras Líquidas	(1.523.176)	(943.801)
(-) Depreciações/Amortização	5.620.004	4.765.160
(=) LAJIDA	25.541.373	17.410.906

DIRETORIA	
Agnelo Raimundo Schumann Cunha	Felisberto Jácomo Filho
Diretor Presidente	Diretor Administrativo-Financeiro
CONTADOR	
Elzio Antonio Comélio	
CRC-33964-S/DF	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Aos Administradores e Conselheiros da

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A. – ECIII

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A. – ECIII** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A. – ECIII** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *InternationalAccounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC e cumprimos comas demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Risco hidrológico

Acapacidade de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Corumbá III (UHE) está relacionada com fatores climáticos que impactam diretamente no volume de água dos reservatórios da usina hidrelétrica.Conforme mencionado na nota explicativa número 2.2.3, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL dispõe de Mecanismo de Repactuação do Risco Hidrológico que, por meio do fator de ajuste (GSF), estabelece metodologia de equalização do risco hidrológico do sistema elétrico brasileiro. A Lei 13.203/2015 e a Resolução Normativa da ANEEL nº 684/2015, estabeleceram critérios de repactuação do risco hidrológico relativos aos exercícios de 2014 e 2015 e limitaram a exposição das geradoras de energia a este risco. A EC-III, com base nestes normativos, optou em limitar sua exposição em 10% do risco hidrológico do sistema. Além disso, o risco hidrológico pode resultar na elevação do custo da energia comprada pela usina, em virtude da não geração de energia suficiente para cumprimento do contrato de compra e venda de energia firmado pela Energética Corumbá III, impactando o resultado da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do atendimento da demanda prevista no contrato de compra e venda de energia elétrica formalizado pela Companhia. Testamos os procedimentos de aquisição de energia, avaliando a quantidade comprada e sua suficiência diante da demanda prevista em contrato, bem como a razoabilidade dos custos de aquisição da energia adquirida. Conferimos, também, o pagamento ou compensação dos valores devidos relativos à liquidação no Mercado de Curto Prazo – MCP no decorrer do exercício de 2016, informados mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Participação no Consórcio Empreendedor Corumbá III

A Companhia construiu, em parceria com a Geração CIII S.A., a usina hidrelétrica de Corumbá III, possuindo participação de 40% sobre os ativos, passivos e resultados vinculados à atividade operacional da usina, conforme mencionado na nota explicativa número 1. Os efeitos decorrentes das operações realizadas pela usina são reconhecidos nesta proporção nas demonstrações contábeis da Energética Corumbá III S.A., incluindo os relacionados com o registro, depreciação e eventual perda de valor recuperável (*impairment*) dos ativos fixos e com os aportes financeiros e de investimentos necessários à manutenção das atividades de geração da usina. Dessa forma, eventuais distorções ou incorreções no valor ou mensuração dos ativos, passivos, receitas, custos e despesas do Consórcio Empreendedor Corumbá III (CEC III) poderão impactar diretamente as demonstrações contábeis da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o recálculo dos valores registrados proporcionalmente pela Companhia decorrentes das transações realizadas pelo Consórcio Empreendedor Corumbá III, bem como a efetiva transferência dos aportes financeiros e de investimentos durante o exercício de 2016. Examinamos, também, as premissas e critérios adotados pela Administração na avaliação de eventual perda de valor recuperável dos ativos fixos de propriedade da usina Corumbá III e seus reflexos sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Procedemos à revisão do relatório de auditoria e dos papéis de trabalho dos auditores do CEC III, para avaliação da suficiência dos procedimentos de auditoria realizados e obtenção de subsídios e informações acerca das operações da usina e das análises relativas à eventual perda de valor recuperável dos ativos fixos.

Contrato de compra e venda de energia elétrica

A comercialização da energia gerada pelo UHE Corumbá III é efetuada integralmente com base no contrato CCVEE nº 073.2002 e respectivos aditivos, formalizado entre a Energética Corumbá III S.A. e sua acionista Companhia Energética de Brasília – CEB, conforme comentado nas notas explicativas números 10 e 24.A existência de um único cliente eleva o risco de crédito a que está exposta a Companhia, tendo em vista a dependência financeira e operacional existente, o que pode resultar em impactos diretos no fluxo de caixa de curto e médio prazos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a confirmação da liquidação financeira das faturas de fornecimento de energia elétrica, com base nos valores e condições previstos no contrato CCVEE nº 073.2002 e respectivos aditivos. Examinamos a existência e cobertura das garantias contratadas, uma pela CEB junto ao BRB e outra pela Companhia junto ao BNDES, que garantem a compra da energia fornecida em caso de falta de liquidez do cliente. Avaliamos, também, a necessidade ou não de registro de estimativa de perda sobre os valores a receber decorrentes do faturamento de energia elétrica vendida.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e de acordo com as normas expedidas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, e considerada informação suplementar para as companhias de capital fechado e pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *InternationalAccounting Standards Board* – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por erro ou fraude.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública que um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 27de janeiro de 2017.

Josias Oliveira Barros Neto
Contador – CRC 009386/O-1

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 00545/O-1